

ANTÓNIO COVAS

Territórios e Desenvolvimento Territorial

Crónicas do Sudoeste Peninsular



EDIÇÕES SÍLABO

Territórios e Desenvolvimento Territorial

Crónicas do Sudoeste Peninsular

ANTÓNIO COVAS

EDIÇÕES SÍLABO

É expressamente proibido reproduzir, no todo ou em parte, sob qualquer forma ou meio, **NOMEADAMENTE FOTOCÓPIA**, esta obra. As transgressões serão passíveis das penalizações previstas na legislação em vigor.

Visite a Sílabo na rede

www.silabo.pt

Editor: Manuel Robalo

FICHA TÉCNICA

Título: Territórios e Desenvolvimento Territorial – Crónicas do Sudoeste Peninsular

Autor: António Covas

Capa: Pedro Mota

1ª Edição – Lisboa, outubro de 2017.

Impressão e acabamentos: ARTIPOL – Artes Tipográficas, Lda.

Depósito Legal: 433366/17

ISBN: 978-972-618-918-3

EDIÇÕES SÍLABO, LDA.

R. Cidade de Manchester, 2

1170-100 Lisboa

Telf.: 218130345

Fax: 218166719

e-mail: silabo@silabo.pt

www.silabo.pt

Índice

NOTA INTRODUTÓRIA	7
-------------------	---

Territórios e Desenvolvimento Territorial

1. A emergência da Euro-Região do Sudoeste Peninsular	13
2. Brexit, Trump, TTIP – Futuro das relações transatlânticas e peninsulares	17
3. Valorização do Interior e Coesão Territorial – O programa da UMVI	24
4. Vem aí a 2ª ruralidade, vêm aí os neorrurais!!	28
5. A Euro-região AAA e a Euro-cidade do Baixo Guadiana – Dois programas de trabalho	32
6. A Dieta Mediterrânica – Tradição e inovação no rural tradicional algarvio	37
7. Vem aí 2017! – O Mundo, a Europa e as relações peninsulares	42
8. O nordeste algarvio, uma história exemplar!	47
9. Vem aí a sociedade algorítmica!	52
10. Almaraz e os cisnes negros das relações peninsulares	55
11. A modernidade líquida – Uma pequena homenagem a Zygmunt Bauman	59
12. Regionalização administrativa e desenvolvimento local (1)	63
13. Regionalização administrativa e desenvolvimento local (2)	67
14. Regionalização administrativa e desenvolvimento local (3)	73
15. Algarve, uma <i>região sharing</i> ? – A criação de uma plataforma colaborativa regional	77

16. O mundo do trabalho em perspetiva – O regresso do homem dos sete ofícios	81
17. A Dieta Mediterrânica e a valorização da economia local	86
18. Interioríssimo ou os territórios-rede do interior	92
19. A gestão sustentável dos espaços rurais	97
20. Os produtos <i>glocals</i> amigos do mundo rural	102
21. A Dieta Mediterrânica – A delimitação de uma rede de suporte territorial	109
22. A reforma do poder autárquico – Reflexões (1)	116
23. A reforma do poder autárquico (2) – Tópicos sobre a história recente do poder local algarvio	120
24. A reforma do poder autárquico (3)	126
25. A autarquia do século XXI (4)	133
26. Comunidades intermunicipais e políticas do território (5)	139
27. O fogo que arde	144
28. A revolução tecnológica e digital, uma oportunidade para o interior!	146
29. O próximo período de programação 2020-2026	151
30. Os Sinais Distintivos Territoriais (SDT) – O exemplo das DOP do Alentejo	155
NOTAS GERAIS E FINAIS	161

Nota Introdutória

As Crónicas do Sudoeste Peninsular (30) foram escritas no jornal *online Sul Informação* entre 10 de novembro de 2016 e 20 de julho de 2017 com uma periodicidade semanal. Por isso, as minhas primeiras palavras são de agradecimento para o *Sul Informação* e muito em especial para a sua Diretora Dra. Elisabete Rodrigues. O título destas crónicas reveste um simbolismo particular, uma vez que a geografia do Sudoeste Peninsular é, não apenas, um ângulo de observação muito sensível e com vários graus de abertura do ponto de vista geoeconómico e geopolítico como, também, um modo particular de ser ibérico, mediterrânico e europeu neste canto sudoeste da Península Euro-asiática.

As crónicas do sudoeste peninsular têm uma temática comum, a saber, o território e o desenvolvimento territorial nas suas diversas facetas. No último ano, pelas boas e más razões, o território, nas suas várias manifestações, adquiriu uma relevância especial que é pública e notória. Eis alguns exemplos: foi criada a unidade de missão para a valorização do interior e está em execução o programa de coesão territorial, a cimeira ibérica consagrou a cooperação transfronteiriça como nova centralidade peninsular, as Euro-regiões e as Euro-cidades estão na ordem do dia, a tragédia dos fogos voltou a chamar a atenção para a desertificação do interior e a reformas das florestas e do mundo rural, a descentralização e a reforma autárquica regressaram à mesa das negociações, a propósito da dieta mediterrânica voltámos a debater a modernização do rural tradicional, a política de coesão económica e social da União Europeia está novamente em causa com a saída do Reino Unido e a negociação do próximo quadro de programação plurianual 2020-2026, etc.

As Crónicas do Sudoeste Peninsular abordaram estes e outros tópicos adotando como «denominação de origem e posto de observação» a Euro-região dos AAA» (Alentejo, Algarve e Andaluzia). Quero sublinhar este facto, porque, para lá da geografia sentimental, este grande corredor entre a área metropolitana de Lisboa e a área metropolitana de Sevilha é um projeto transfronteiriço extraordinariamente promissor e um excelente propósito para empreender e justificar inúmeras iniciativas comuns no quadro peninsular, mediterrânico e europeu. Voltarei a este tópico mais vezes no futuro próximo.

As Crônicas do Sudoeste Peninsular não são, também, sobre a espuma dos dias e os episódios efêmeros que, a todo o tempo, «ardem» no espaço público, tal é o modo como são devorados pela vertigem noticiosa. Não foi essa a minha opção, embora alguns desses episódios tenham servido de pretexto à reflexão. As crônicas são, antes, reflexões pessoais distanciadas, com o distanciamento que eu próprio estabeleci para o meu trabalho intelectual, tendo em vista formar uma linha de pensamento coerente que me permita «poupar recursos pessoais» sobre os problemas locais e regionais de política de desenvolvimento territorial. Esta opção tem, porém, uma razão de ser mais profunda, se quisermos, de ordem histórico-concetual. Com efeito, os «ciclos do território» têm um tempo médio e longo de vida que não se compadece com os tempos curtos da vida política, do espaço público e da comunicação social. Esta é, também, a razão pela qual, no território, estão espelhados e acumulados os erros de décadas da governação política e que nós, de resto, já consagramos na esfera pública com várias designações: o país bipolar, o país do interior, o país desertificado, o país do fogo, o país das áreas de baixa densidade, o país pobre e desigual, o país da dívida, o país ciclotímico. Estes diferentes «comprimentos de onda» estão na origem de múltiplos equívocos quando se fala em gestão e administração do território. Eis alguns desses equívocos, muito deles criados deliberadamente para gerar cacofonia territorial.

Em primeiro lugar, nem sempre é legível a distinção entre os papéis do legislador (o diploma), do executivo (a política) e da administração (a gestão); essa é a razão pela qual muitas leis-quadro ou leis de base permanecem letra morta ou com resultados minguados.

Em segundo lugar, e no mesmo sentido, todo o debate público à volta das chamadas «reformas estruturais» (de médio e longo prazo) está condicionado por equilíbrios corporativos e alianças que podem não ser favoráveis em determinada conjuntura político-eleitoral; entretanto, as reformas estruturais «ardem em lume brando» no espaço público-mediático e são esquecidas pouco tempo depois.

Em terceiro lugar, o mesmo acontece com a chamada «reforma do estado» que esbarra quase sempre no calculismo político-partidário e nos «consensos alargados», em particular no que diz respeito à idiossincrasia político-partidária e ao modo como os aparelhos partidários estão implantados nas administrações e no território.

Em quarto lugar, em tudo o que diz respeito às «políticas de civilização» como, por exemplo, a política demográfica, a política migratória, a política energética e a política de combate contra as alterações climáticas,

há uma barragem de fogo cruzado que serve todos os propósitos e para todas as ocasiões.

Em quinto lugar, não podemos esquecer o verdadeiro dilema em que se encontra a política de coesão territorial, constrangida entre uma dívida pública nacional extremamente elevada e uma condicionalidade macroeconómica europeia muito apertada; este facto, que nos limita a margem de progresso e crescimento no futuro, pesa constantemente no nosso processo de tomada de decisão e, não raras vezes, é usado como arma de arremesso política.

Em último lugar, a revolução digital, pela velocidade que imprimiu aos acontecimentos, revelou-nos um território de geometria variável em múltiplas facetas até agora desconhecidas, devolveu-nos novos formatos territoriais, muitas grelhas de leitura da chamada multiterritorialidade e, em especial, a separação/interação entre comunidades *online* e comunidades *offline* que pode ser muito prometedora no futuro.

Todos estes equívocos e contradições, mas, também, recursos e novidades, estão presentes no discurso público e mediático sobre o território, mas a sua eficácia é relativa pois, na maioria dos casos, não respeitam a duração dos «ciclos do território» e convertem-se, por isso, em meros factos artificiosos e armas de arremesso político-partidário. Todavia, a vertigem emocional que transportam e suscitam torna-os «artigos indispensáveis no hipermercado das notícias». É aqui que nos encontramos hoje. Eu próprio posso testemunhar esses equívocos e contradições junto do meu grupo fiel de leitores.

Espero que a leitura das primeiras trinta Crónicas do Sudoeste Peninsular corresponda à expectativa dos leitores.

Territórios e Desenvolvimento Territorial

Crónicas do Sudoeste Peninsular

1

A EMERGÊNCIA DA EURO-REGIÃO DO SUDOESTE PENINSULAR

Início hoje uma colaboração regular semanal com o Sul Informação sob a designação genérica de «Crónicas do Sudoeste Peninsular». Os temas destas crónicas dizem respeito às questões europeias, à Europa das Euro-regiões e das Euro-cidades, aos problemas transfronteiriços e às questões ibéricas e peninsulares, aos problemas de articulação dos eixos atlântico e mediterrânico mas, também, à projeção euro-atlântica do sudoeste peninsular seja no espaço da CPLP ou nas relações mais amplas do espaço transatlântico e, obviamente, ao enquadramento e à projeção exterior da Região-cidade do Algarve em todos estes espaços de integração e relacionamento.

Como sabemos, delimitar as fronteiras de uma região nos tempos que correm é uma tarefa muito ingrata, pois tudo ou quase tudo passa, hoje em dia, por cima das fronteiras, pelo menos no espaço europeu. Seja como for, precisamos, pelo menos, de limites virtuais para criar uma geografia desejada, um território com identidade e uma comunidade de auto-governo. Será assim, também, com a Grande Região do Sudoeste Peninsular. Façamos, então, um pequeno exercício de delimitação:

1. Em sentido estrito, a Região do Sudoeste Peninsular é a região que se estende entre a área metropolitana de Lisboa e a área metropolitana de Sevilha, isto é, a região que integra as sub-regiões do Alentejo, Algarve e a Andaluzia Ocidental, se quisermos, um grande corredor que liga as duas áreas metropolitanas de Lisboa e Sevilha e que tem tudo a beneficiar com a sua integração nestas duas áreas de influência.
2. Em sentido próprio, a Região do Sudoeste Peninsular coincide com a Euro-região AAA, isto é, a grande região que compreende as regiões do Alentejo, Algarve e Andaluzia, com alargamento se necessário para alguns territórios da Extremadura Espanhola; se quisermos, um grande corredor peninsular que liga não apenas as duas áreas metropolitanas de Lisboa e Sevilha mas, também, o

eixo atlântico ao eixo mediterrânico e o norte da Espanha ao sul da Península Ibérica.

3. Em sentido amplo, a Região do Sudoeste Peninsular é um espaço aberto e articulado que integra as duas áreas metropolitanas de Lisboa e Sevilha e o corredor de ligação AAA mas, também, a articulação e projeção ibérica e peninsular para a bacia mediterrânica e a sub-região magrebina, o espaço lusófono e ibero-americano e a relação transatlântica.

Qualquer destas aceções comporta um custo de oportunidade e um retorno diferenciado, não apenas em termos dos recursos utilizados mas, sobretudo, em termos de prestígio e projeção externos, particularmente nos grandes espaços onde a influência ibérica e peninsular tem um papel fundamental a desempenhar no próximo futuro. Estou convencido de que, na União Europeia, a cooperação interregional descentralizada será o contraponto necessário e indispensável para moderar os efeitos mais nefastos da transnacionalização das economias. A multiterritorialidade da cooperação transfronteiriça será sempre um fator de distensão. No final, poderemos, talvez, conceber três tipos de relacionamento peninsular:

- a) A europeificação de uma macrorregião peninsular, isto é, um polo peninsular com 65 milhões de habitantes, segundo uma certa conceção de união política europeia de cariz federal para levar a cabo as redes transeuropeias;
- b) A capitalidade das relações peninsulares, ao compasso ritmado e realista das cimeiras ibéricas, de acordo com a lógica estadual e aditiva ainda hoje prevalecente e uma «casuística política pontuada» sob controlo das duas capitais; para lá, evidentemente, da projeção exterior do que poderíamos designar, com alguma reserva, a «iberofonia» peninsular;
- c) A cooperação interregional descentralizada, segundo uma lógica plural e diversificada de «agrupamentos europeus de cooperação territorial» (AECT), seja sob a forma de Euro-regiões, de Euro-cidades, de redes de cidades temáticas e de uma rede muito alargada de parcerias público-privadas, por exemplo, na área dos parques e centros empresariais.

Notas finais

A coabitação dos três tipos de relacionamento peninsular é uma hipótese realista e, ao mesmo tempo, promissora. Neste contexto, a cons-

trução de uma Euro-Região do Sudoeste Peninsular é um objetivo de médio e longo prazo, o que não significa que não devamos tomar iniciativas e decisões desde já. No mundo aberto e competitivo em que vivemos, a constituição de uma nova territorialidade, com atribuições e competências próprias, apresenta-se como uma abordagem extremamente atrativa, no sentido de aglutinação de recursos, coesão territorial, ganhos mútuos de economias de escala e projeção das economias regionais em mercados mais alargados, segundo um compromisso inteligente de competitividade e coesão. Não obstante os constrangimentos, as dificuldades e a assimetria institucional existente julgamos, finalmente, que a Euro-Região do Sudoeste Peninsular se justifica por três ordens de razões:

- As redes transeuropeias, as acessibilidades, os transportes de alta velocidade e as plataformas logísticas aproximam os territórios e as suas áreas de influência e criação, tarde ou cedo, novas funcionalidades e centralidades territoriais que induzirão novos polos e redes de conhecimento e iniciativa; as redes urbanas e regionais serão uma prioridade da próxima geração dos fundos estruturais europeus e essa circunstância «obrigará» à constituição de novas entidades territoriais; genericamente, temos motivos para pensar que a introdução gradual das Redes Transeuropeias e a sua inegável capacidade para criar novas funcionalidades territoriais, através da redução apreciável do «Custo Generalizado», constituirá um contributo importante para a constituição gradual da «Euro-Região», atendendo igualmente ao facto de atividades como o turismo se apresentarem «intensivas em viagens»;
- A geopolítica e a geoestratégia também contribuirão, a seu modo, para a constituição de uma Euro-Região do Sudoeste Peninsular, seja pela projeção no espaço do mediterrâneo ocidental, latino-americano ou ibero-africano; à projeção externa desse esforço deverá corresponder sempre idêntico esforço de projeção interna;
- O aprofundamento das dinâmicas político-institucionais e empresariais entre cidades e regiões é imparável; os estatutos político-regionais serão tanto mais reivindicados quanto mais o Estado se revelar impotente para promover o desenvolvimento equilibrado e a coesão inter-regional; no quadro do mercado único e da união económica e monetária da União Europeia as cidades e as regiões desejarão ter a sua própria «política externa», em primeira instância com as cidades e regiões vizinhas e os mercados de proximidade; nesta medida, a Europa das Regiões e a cooperação territorial descentralizada são imparáveis;

Finalmente, no plano simbólico, é necessário tomar alguma decisão emblemática que marque o início desta «grande aventura» do sudoeste peninsular; julgamos que a criação da «Universidade do Sudoeste Peninsular», sob o alto patrocínio da União Europeia e na forma de um «agrupamento europeu de cooperação» poderia ser considerada com interesse geoestratégico no espaço do mediterrâneo ocidental, na comunidade dos países de língua oficial portuguesa e, em geral, no espaço ibero-americano como vetor, digamos, de projeção da «iberoфонia» peninsular no mundo de cultura latina. E por que não?

2

BREXIT, TRUMP, TTIP

Futuro das relações transatlânticas e peninsulares

Até agora, o Atlântico era um oceano pacífico. Em 2016, porém, eclode uma espécie de tempestade perfeita. Quando nada, ou muito pouco, fazia prever, o Reino Unido vota via referendo pela saída da União Europeia, o chamado Brexit. Nos EUA, quando nada fazia prever, o candidato republicano, o *outsider* Donald Trump vence a candidata democrata, a *insider* Hillary Clinton. Agora, teme-se uma vaga de protecionismo comercial com a provável suspensão da assinatura final do tratado transatlântico de comércio e investimento (TTIP) entre os EUA e a União Europeia e mesmo a revisão do tratado transpacífico (TTP) assinado com 11 países do sudeste asiático e receia-se um recuo nos deveres consagrados pelo Acordo de Paris sobre alterações climáticas. Quer dizer, adivinham-se e avizinham-se ondas alterosas no pacífico oceano atlântico sobretudo se o radicalismo populista europeu também fizer ganho de causa.

O estado da arte da política

Em dezembro de 2016 realiza-se um referendo constitucional em Itália para alterar o sistema político. O primeiro-ministro Renzi joga aqui o seu futuro político imediato pois tanto o partido de extrema direita Liga Norte como o movimento 5 estrelas apelaram aos seus eleitores para vetarem estas propostas. Ainda em dezembro a Áustria repete as eleições presidenciais havendo uma probabilidade elevada de o candidato do partido da liberdade, Norbert Hofer, ser eleito presidente. Em 2017, no mês de março, realizam-se eleições legislativas na Holanda com uma alta probabilidade de o partido de extrema direita de Geert Wilders influenciar a formação final do executivo holandês. Em abril teremos eleições presidenciais em França com a Frente Nacional e Marine Le Pen bem posicionadas para a segunda volta das eleições. Finalmente, em agosto ou setembro, a Alemanha terá eleições legislativas não sendo ainda seguro a candidatura

de Angela Merkel a novo mandato. Certa é a ascensão do partido de extrema direita. Alternativa para a Alemanha se se repetirem os bons resultados das últimas eleições regionais.

Dito isto, veja-se o estado da arte em matéria de política europeia para os próximos tempos: a norte, Putin e a Rússia e a tentativa de regressar à política das áreas de influência, a leste, o Grande Médio Oriente a ferro e fogo e a nova política turca autoritária de Erdogan, a sul, os estados falhados do mediterrâneo e a crise dos refugiados e, agora, para rematar esta «tragédia dos comuns» na fachada atlântica ocidental temos o Brexit, a eleição de Donald Trump e a suspensão provável dos grandes tratados de comércio livre, de consequências imprevisíveis para a economia internacional.

Chegados aqui a pergunta mais pertinente é esta: de que modo o Brexit, a nova Presidência americana e a eventual suspensão dos tratados de comércio livre (TTP e TTIP) poderão afetar as relações transatlânticas e, indiretamente, a relação peninsular entre Portugal e Espanha?

A primeira constatação é imediata: a União Europeia não tem política externa de desenvolvimento, segurança e defesa para uma agenda tão sobrecarregada, e tanto mais quanto o Reino Unido e os EUA optarem por uma «nova política de contenção» transatlântica mais distante e menos empenhada, se quisermos, por uma «política transatlântica *low cost*, de baixa intensidade geopolítica e geoestratégica».

Esta contenção de baixo custo e baixa intensidade tem uma consequência imediata, a saber, o reaparecimento de alguma animosidade regional ou mesmo de alguns conflitos regionais entre parceiros ou vizinhos desavindos. A relação triangular entre o Reino Unido, a Espanha e Portugal pode ilustrar esta situação. Fora da União Europeia, o Reino Unido pode provocar algumas fissuras na política ibérica por causa do regionalismo separatista, por causa de Gibraltar ou por causa de alguma discriminação positiva face a Portugal e negativa face a Espanha. Esta dupla atitude pode causar mal-estar nas relações peninsulares. O mesmo se diga em relação os Açores e ao futuro da base das Lajes no que diz respeito às nossas opções: se a contenção americana implicar uma retirada ou um longo compasso de espera em relação aos Açores, qualquer outra opção geoestratégica pode envolver uma reação intempestiva por parte do antigo parceiro.

A contenção americana em relação à NATO pode ter efeitos similares, não apenas por fazer apelo a uma maior participação financeira dos parceiros mas, também, por implicar uma reconfiguração logística do sistema operacional e da geografia das bases militares. Mais uma vez,

esta implicação geoestratégica e militar tem alguma delicadeza no que diz respeito às relações peninsulares e tanto mais quanto a NATO for obrigada a acorrer a conflitos graves em outras latitudes mais a norte e a leste. Quer dizer, é elevado o risco de uma desvalorização do fator euro-atlântico e conseqüentemente do sudoeste peninsular face a uma ameaça com origem em outro ponto mais crítico da fronteira europeia. Esta desvalorização não deixará de perturbar a relação peninsular.

Mas é no plano comercial e financeiro que os equívocos podem surgir com mais gravidade e maior impacto nas relações peninsulares. O tratado transatlântico de comércio e investimento (TTIP) tem na sua base um acordo de parceria entre a União Europeia e os Estados Unidos. Os objetivos deste acordo de comércio entre as duas margens do Atlântico são bem conhecidos: acesso livre ao mercado pela redução de barreiras e custos alfandegários, a harmonização de normas internacionais em matéria de ambiente, saúde, segurança do trabalho, a convergência das práticas regulatórias, a resolução extrajudicial dos conflitos de concorrência, entre outros. Neste modelo transcontinental, os EUA e as suas empresas multinacionais seriam o centro do mundo pois pelo continente americano e em especial pelo canal do Panamá passariam, doravante, os grandes movimentos comerciais e financeiros do transpacífico (TTP) e do transatlântico (TTIP). Nesta nova geografia política e económica mundial a pequena península euro-asiática da Europa seria um território de destino e provavelmente um ator político de 2ª ordem e a península ibérica uma «simples plataforma logística» de acesso ao mercado europeu. Sobre o continente europeu desembocaria uma gigantesca vaga «TTP e TTIP» de fluxos de comércio, pessoas e investimentos, uma espécie de «segunda vaga da globalização» com conseqüências inimagináveis sobre o tecido económico e empresarial da sociedade europeia.

A macrorregião ibérica e as novas relações peninsulares

Face a este colossal «modelo TTP + TTIP» de comércio e investimento protagonizado por poderosas empresas multinacionais, qual seria a nossa «especial circunstância territorial» e o que se poderia esperar do nosso «modelo de desenvolvimento territorial»?

Portugal é, como sabemos, um país bastante endividado, com uma dívida pública, uma dívida privada e uma dívida externa muito elevadas. Tem uma carga fiscal igualmente muito elevada e um sistema bancário em situação muito vulnerável. Quer dizer, o país não tem capitais próprios para fazer, de forma independente, o investimento de modernização

e as reformas estruturais que se impõem para iniciar um novo ciclo de crescimento económico sustentado. Neste contexto, é muito tentador adotar um modelo exógeno de crescimento que lhe «promete» capital e investimento para as grandes infraestruturas aeroportuárias, portuárias e ferroviárias de ligação à Europa através da península ibérica e que podem ser outras tantas plataformas logísticas e empresariais para o grande transbordo transoceânico e transcontinental. Neste quadro de novos relacionamentos, tudo levaria a crer que seríamos não apenas beneficiados pelos financiamentos das autoridades europeias, mas, também, por muitos investimentos americanos e asiáticos, isto é, investimento, capital e financiamento não faltariam.

Se este «modelo TTP + TTIP» se concretizar, e estou convencido de que, pelo menos parcialmente, isso acontecerá, há um corolário lógico que é necessário equacionar. Falo da geopolítica do «modelo TTIP» no quadro europeu e na península ibérica. Não tenho muitas dúvidas acerca da preferência europeia pela formação de macrorregiões europeias e o TTIP seria um excelente pretexto para Bruxelas relançar a sua política regional e de coesão nesta base territorial mais alargada. Assim sendo, ficaríamos entrincheirados, como país, entre o investimento multinacional, americano e asiático, por um lado, e o investimento espanhol e europeu, por outro, o que conduziria, muito provavelmente, à liderança espanhola da macrorregião peninsular no quadro de uma política de macrorregiões europeias. No limite, não nos custa supor que a integração política na península ibérica poderia avançar, por exemplo, no sentido de alguma espécie de federalismo ibérico acompanhando, do mesmo passo, a evolução da União Europeia em direção a uma Europa das Regiões de natureza federal.

No contexto acabado de descrever, teríamos muito provavelmente duas gerações de políticas do território. A primeira estaria relacionada com um pacote de «investimentos de rede» à escala ibérica e europeia com volumosos financiamentos multinacionais para a beneficiação e construção de grandes equipamentos aeroportuários, ferroviários e logísticos e respetivas plataformas empresariais, na senda de uma mesoeconomia europeia que poderíamos identificar com uma futura «Europa das Regiões». A segunda estaria relacionada com a coesão territorial propriamente dita e seria uma espécie de «política de mitigação de danos» visando corrigir os desequilíbrios territoriais provocados pelos impactos da primeira geração. No caso português, tudo leva a crer, os efeitos mais graves sobre a «Marca Portugal» incidiriam em três subsistemas de articulação do sistema económico da macrorregião peninsular: o subsis-



António Manuel Alinho Covas é doutorado em assuntos europeus pela Universidade de Bruxelas e professor catedrático da Universidade do Algarve desde 2000. Para além dos estudos europeus (treze títulos publicados), o seu trabalho de investigação incide, muito especialmente, sobre as políticas do território e do mundo rural, destacando-se nesta área a publicação da série *Ruralidades* (cinco volumes, 2007-2010), a trilogia sobre a *Grande Transição para a 2ª Ruralidade* (2011-2014) e a série *Multi-territorialidades* com o primeiro volume já publicado (2015).

O território e o desenvolvimento territorial, nas suas diversas facetas, nos últimos anos adquiriram uma relevância especial.

As crónicas apresentadas neste livro não são sobre os episódios efémeros que «ardem» no espaço público. Apresentam e discutem reflexões e linhas de orientação compatíveis com os «ciclos do território» que têm um tempo médio e longo de vida que não se compadece com os tempos curtos da vida política (razão pela qual, no território, estão espelhados e acumulados os erros de décadas de governação que se traduzem nos termos habitualmente utilizados para consagrar esta realidade: país bipolar, país do interior, país desertificado, país do fogo, país das áreas de baixa densidade, país pobre e desigual, etc.). Para todos os interessados no tema, a leitura deste livro contribuirá para alargar horizontes na discussão necessária para a obtenção das respostas adequadas aos desafios que se colocam ao desenvolvimento e gestão dos territórios.



Este livro teve o apoio:



ISBN 978-972-618-918-3

